

AGCOMEX COMERCIAL EXPORTADORA LTDA

Demonstrações Financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro

2021

CONTEÚDO

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;

Balanco patrimonial;

Demonstração do resultado;

Demonstração das mutações do patrimônio líquido;

Demonstração dos fluxos de caixa;

Notas explicativas às demonstrações financeiras.

SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	9
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	10
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	13
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	13
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
4. PARTES RELACIONADAS	17
5. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR.....	17
6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	18
7. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA	18
8. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO.....	19
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	19
10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	20
11. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA.....	21
12. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	21

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Diretores da
AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Conforme apresentado na nota explicativa nº 4, a Empresa mantém operações financeiras relevantes com partes relacionadas, onde parte substancial das operações são representadas por contas a receber e receitas de prestação de serviços. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações financeiras da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 31 de março de 2021 sem modificação de opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

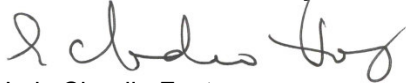
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de
- não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2022.



Luiz Claudio Fontes
Contador CRC – 1RJ-032.470/O-9-T-SP



Leonardo Coelho de Almeida Mendes
Contador CRC – MG 94.028/O-3

RSM Brasil Auditores Independentes – Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7

BALANÇO PATRIMONIAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	52	48
Contas a receber de clientes	4	-	13.053
Estoques		395	395
Total do ativo circulante		447	13.496
NÃO CIRCULANTE			
Impostos e contribuições a recuperar	5	1.730	8.396
Créditos com partes relacionadas	4	37.017	12.525
Total do ativo circulante		38.747	20.921
TOTAL DO ATIVO		39.194	34.417

PASSIVO	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE			
Fornecedores		4	455
Impostos e contribuições a recolher		51	436
Distribuição dividendos mínimos obrigatórios		934	-
Total do passivo circulante		989	891
NÃO CIRCULANTE			
Débitos com partes relacionadas	4	1.216	-
Total do passivo não circulantes		1.216	-
Total dos passivos		2.205	891
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	6	28.038	27.572
Reserva legal		197	-
Resultado acumulado		8.754	5.954
Total do patrimônio líquido		36.989	33.526
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		39.194	34.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	7	(352)	(346)
Resultado de equivalência patrimonial		-	189
Outras (despesas) receitas operacionais	7	(38)	2.778
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(390)	2.621
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	8	3.650	3.718
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		3.260	6.339
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	9	671	(385)
		671	(385)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.931	5.954
Resultado básico e diluído por ação ordinária - R\$		0,14	0,22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado Líquido do exercício	3.931	5.954
Resultado abrangente total do exercício	3.931	5.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota Explicativa	Capital Social	Capital a integralizar	Reserva Legal	Lucros/Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		473.296	(9.445)	-	(167.816)	296.035
Redução de capital	6	(436.279)	-	-	167.816	(268.463)
Capital social a subscrever		(9.445)	9.445	-	-	-
Lucro líquido		-	-	-	5.954	5.954
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		27.572	-	-	5.954	33.526
Aumento de Capital	6	466	-	-	-	466
Lucro líquido		-	-	-	3.931	3.931
Reserva Legal	6	-	-	197	(197)	-
Distribuição Dividendos Mínimos Obrigatorios		-	-	-	(934)	(934)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		28.038	-	197	8.754	36.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Valores expressos em milhares de Reais - R\$

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado líquido do exercício		3.931	5.954
Variação cambial líquida	8	(1.251)	(3.799)
Reversão de provisão/Baixa de investimentos		-	(189)
		<u>2.680</u>	<u>1.966</u>
(Aumento) redução dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes	4	14.304	-
Partes Relacionadas		(24.492)	-
Impostos e contribuições a recuperar		6.666	237
		<u>(3.522)</u>	<u>237</u>
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Partes relacionadas		1.216	233
Fornecedores		(451)	453
Impostos e contribuições a recolher		(385)	(2.767)
		<u>380</u>	<u>(2.081)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(462)</u>	<u>122</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aumento Capital		466	-
Partes relacionadas		-	(122)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		<u>466</u>	<u>(122)</u>
(REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>4</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		48	48
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		52	48
(REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>4</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda. foi constituída em 28 de junho de 2005, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, e possui uma filial na cidade de São Paulo/SP. A Empresa até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 atua com foco na prestação de serviços de exportação de produtos manufaturados e semimanufaturados. Suas mercadorias são revendidas exclusivamente para projetos com atuação do Grupo Andrade Gutierrez, do qual a Empresa é parte integrante, com a finalidade de atender as obras no exterior, principalmente na América Latina e África.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações nas práticas contábeis promovidas pelas Leis nº 11.941/09, abrangendo os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de elaboração

Custo Histórico

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Empresa leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em dólares e em outras moedas, quando aplicáveis, também estão apresentados em milhares).

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas diferentes da moeda funcional, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração da Empresa e de suas investidas faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores contábeis de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas em diante, sem efeito em períodos anteriores.

As informações sobre os principais julgamentos críticos efetuados pela Administração da Empresa, referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir.

2.4.1. Provisões para perdas em ativos financeiros – contas a receber

As provisões para perda em ativos financeiros da Empresa são mensuradas com base em histórico de inadimplência, na conjuntura econômica do país, os riscos específicos da carteira, assim como as negociações em andamento, sejam por via administrativa ou judicial. Ainda conforme trazido pelo CPC 48, esta estimativa pode ser feita para as perdas esperadas durante toda a vida contratual do ativo financeiro ou para os próximos 12 (doze) meses, a depender das características de risco de crédito constatadas à data de elaboração das demonstrações financeiras.

2.4.2. Realização do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e em atendimento às determinações do CPC 32. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro, com base em estudos e projeções internas.

2.5. Principais políticas e práticas contábeis

As principais políticas contábeis usadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas, com exceção dos itens específicos apresentados abaixo. As referidas políticas contábeis têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

2.5.1. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os saldos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Empresa se dão, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou

Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima.

Passivos financeiros

Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou

Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

Provisão para perdas em ativos financeiros (impairment)

As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda ao qual ativos financeiros da Empresa estão sujeitos. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. A depender das alterações ocorridas na percepção de risco de crédito, a Empresa pode reconhecer perdas esperadas para a vida inteira do ativo ou perdas esperadas para os próximos doze meses.

2.5.2. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa através do método indireto. A Empresa classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6. Novos pronunciamentos contábeis, revisões, interpretações e orientações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) são os seguintes:

2.6.1 Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis vigentes

Norma	Descrição da Alteração	Vigência
IFRS 16/ CPC 06 (R2) - Arrendamento	A deliberação nº. 859/20, aprovou alterações na IFRS 16/ CPC 06, com efeitos nos pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2021, bem como reajustes que se estendam após 30 de junho de 2021. Neste sentido, o arrendatário poderá optar por não avaliar se um benefício concedido em um contrato de arrendamento gerado implicitamente pela COVID-19, refere-se a uma modificação do contrato de arrendamento, e assim, registrar os efeitos nos pagamentos do arrendamento no resultado do período. Novas alterações ligadas a IFRS 16 ocorreram em março de 2021, estendendo em um ano os benefícios descritos, cujos efeitos impactam os pagamentos devidos até 30 de junho de 2022. A Companhia realizou análise dessas alterações e não identificou impactos significativos relacionados às práticas contábeis adotadas.	01/01/2021
CPC 06 (R2) - IFRS 16: Arrendamento CPC 11 - IFRS 4: Contratos de seguro CPC 40 (R1) - IFRS 7: Instrumentos Financeiros: Evidenciação CPC 48 - IFRS 9: Instrumentos financeiros	A proposta poderá afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e passivos de arrendamento, ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência (LIBOR) por uma taxa de referência alternativa. A Companhia realizou análise dessas alterações e não identificou impactos significativos relacionados às práticas contábeis adotadas.	01/01/2021

As alterações de normas descritas acima, que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2021, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Empresas.

2.6.2 Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis não vigentes

Norma	Descrição da Alteração	Vigência
IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	A referida alteração tem como objetivo o esclarecimento da onerosidade de um contrato, bem como o custo relacionado ao seu respectivo cumprimento e dos custos incrementais que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.	01/01/2022
IAS 01 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	O objetivo da alteração visa esclarecer que as exigibilidades devem ser classificadas como circulantes ou não circulantes, a depender dos direitos que existem no final do período. Tal classificação não é afetada pelas expectativas da Companhia ou eventos após a data do relatório.	01/01/2023
IAS 01 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de políticas contábeis: emitida em fevereiro de 2021 a alteração aplica-se sobre as divulgações das políticas contábeis "materiais", e não mais "significativas". Na divulgação o IASB define o que é uma "informação de política contábil material" e explica como identificá-la. Além disso, explica não ser necessário a divulgação de informações imateriais de política contábil, no entanto, caso a Companhia opte pela divulgação, que não devem obscureça as informações contábeis relevantes.	01/01/2023
IFRS 3 - Combinação de Negócios	Com emissão ocorrida em maio de 2020, o objetivo da alteração é substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente.	01/01/2022
IAS 12 - Tributos sobre o Lucro	Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as Companhias registrem o tributo diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, como por exemplo as transações com arrendamento, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.	01/01/2023
IFRS 17 - Contratos de seguro	Estabelece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras.	01/01/2023
IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros.	01/01/2023

Em relação aos normativos e alterações descritos acima, com data de vigência para exercícios futuros, a Empresas está acompanhando as discussões e até o momento da emissão destas demonstrações financeiras não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de caixa e equivalentes de caixa, no montante de R\$52 (R\$48 em 31 de dezembro de 2020), refere-se, substancialmente, a saldos de contas correntes bancárias que não possuem qualquer restrição de liquidez.

4. PARTES RELACIONADAS

4.1 Composição

Partes relacionadas	Natureza	2021			
		Ativo		Passivo	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empresas ligadas - Mercado interno					
AG Construções e Serviços S.A. (a)	Partes Relacionadas	-	-	-	(1.216)
Andrade Gutierrez Engenharia S.A (b)	Partes Relacionadas	-	21.589	-	-
Villagio Veneza SPE LTDA	Partes Relacionadas	-	1.124	-	-
Empresas ligadas - Mercado externo					
AG Engenharia (Sucursal Gana) (c)	Partes Relacionadas	-	12.028	-	-
Demais obras/projetos do Grupo (c)	Partes Relacionadas	-	2.276	-	-
Saldo das transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021		-	37.017	-	(1.216)
2020					
Partes relacionadas	Natureza	2020			
		Ativo		Passivo	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empresas ligadas - Mercado interno					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A (b)	Partes Relacionadas	-	11.401	-	-
Villagio Veneza SPE LTDA	Partes Relacionadas	-	1.124	-	-
Empresas ligadas - Mercado externo					
AG Engenharia (Sucursal Gana) (c)	Contas a receber	10.920	-	-	-
Demais obras/projetos do Grupo (c)	Contas a receber	2.133	-	-	-
Saldo das transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2020		13.053	12.525	-	-

- (a) Em 31 de dezembro de 2021, foram realizados aportes em moeda corrente para futuro aumento de capital totalizando em R\$ 1.216.
- (b) Em 2019 a Empresa realizou uma constituição de IR diferido, referente à prejuízos fiscais e base negativa, na parte B do Lalur. Em seguida foi realizada uma cessão de crédito para sua controladora indireta, Andrade Gutierrez Engenharia S.A, no montante de R\$ 22.236, no mesmo montante da constituição do IR diferido. Em 22 de março de 2021, foi realizado o acerto parcial do Mútuo entre a Empresa e a Andrade Gutierrez Engenharia S.A., ainda permanecendo em aberto o montante de R\$ 576. No mesmo período o saldo devedor foi retirado do passivo e apresentado pelo líquido no ativo não circulante.
- (c) Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de contas a receber no montante de R\$ 14.304 (R\$ 13.053 em 31 de dezembro de 2020), é referente às exportações de materiais e equipamentos para obras do Grupo Andrade Gutierrez no exterior, especialmente na África. Gana está sendo representado pelo saldo líquido a receber. Sua variação entre os exercícios se justifica pela variação do dólar.

Em 31 de dezembro 2021, o saldo de contas a receber está vencido há mais de 420 dias e a Administração da empresa espera que o recebimento ocorra no próximo exercício.

5. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

5.1 Composição

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos fiscais - IRPJ/CSLL (a)	1.713	7.917
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	-	462
Outros	17	17
	1.730	8.396

(a) Os créditos fiscais são compostos por saldo negativo de IRPJ/CSLL, e pagamento a maior de CSLL em 31 de dezembro de 2016, no qual estão sendo utilizados mensalmente.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, é representado por 28.037.548 cotas (R\$ 27.572.348 em 31 de dezembro de 2020), no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, conforme demonstrado abaixo:

Cotistas	31/12/2021		31/12/2020	
	Cotas	%	Cotas	%
AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A.	28.037.349	99,99929%	27.572.349	99,99928%
ADPAR - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	199	0,00071%	199	0,00072%
	28.037.548	100%	27.572.548	100%

6.2 Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do período, conforme artigo 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

7. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

7.1 Composição

A composição dos custos e despesas por natureza podem ser assim demonstrados:

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de terceiros (a)	(352)	(346)
Multas fiscais e outros (b)	(38)	2.778
Resultado de equivalência patrimonial	-	189
Total	(390)	2.621

(a) Em 31 de dezembro de 2021, o montante referente a serviços com terceiros, é composto em sua maioria por valores referentes a serviços de controladoria.

(b) Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa baixou seu saldo de ICMS a pagar em função de um acordo realizado junto ao estado referente ao parcelamento do ICMS aderido em 2018 e reverteu a provisão de investimentos, totalizando um montante de R\$ 2.778. Em 31 de dezembro de 2021 as despesas operacionais envolvem multas fiscais e não fiscais no montante de R\$ 38.

8. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

8.1 Composição

O resultado financeiro pode ser assim demonstrado:

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Atualização Monetária (a)	2.520	23
Total das receitas financeiras	2.520	23
Despesas financeiras		
Juros	(103)	(86)
Outros	(18)	(18)
Total das despesas financeiras	(121)	(104)
Variação cambial, líquida	1.251	3.799
Resultado financeiro líquido	3.650	3.718

(a) Em 31 de dezembro de 2021, houve recebimentos de impostos restituídos, referentes a saldos negativos de DIPJ de exercícios anteriores. O recebimento é composto por atualização monetária no montante de R\$ 2.464.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

9.1 Composição

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%. Abaixo demonstra-se a conciliação da apuração do imposto de renda e da contribuição social da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	3.260	6.339
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominais	1.108	(2.155)
(Adições) exclusões permanentes:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	64
Variação Cambial não realizada (a)	425	1.292
Multa punitiva estornada acordo ICMS	-	215
Utilização de prejuízos fiscais acumulados (b)	-	175
Despesas indedutíveis	(7)	-
Outros	19	24
Efeito de IRPJ e CSLL na demonstração de resultado	437	1.770
Total do imposto de renda e contribuição social	671	(385)
Corrente	671	(385)
Total	671	(385)
Alíquota efetiva de IR/CS para o exercício	20,60%	-6,07%

- a) Em 31 de dezembro de 2021 a Empresa reconhece um lucro de R\$1.251, referente à variação cambial. Em 2020 a empresa obteve um lucro de R\$3.799, referente à variação cambial não realizada no exercício, em função da empresa ter optado por tributar o resultado da variação cambial pelo regime de caixa (efetivação).
- b) Em 31 de dezembro de 2020 a empresa amortizou 30% da base de cálculo do IR/CS compensando parte do saldo de prejuízos acumulados e base negativa, gerando uma exclusão no montante de R\$ 175. Em 2021 não houve movimentos.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação, define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“non performance risk”) ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021. A posição de ativos e passivos financeiros da Empresa não apresenta qualquer diferença entre valor justo e valor contábil. Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Valor justo através do resultado	Passivo fin. mensurado ao custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Passivo fin. mensurado ao custo amortizado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	52	-	52	48	-	48
Contas a receber de clientes	-	-	-	17.133	-	17.133
Partes relacionadas	37.017	-	37.017	23.360	-	23.360
Total	37.069	-	37.069	40.541	-	40.541
Passivos						
Fornecedores	-	4	4	-	455	455
Partes relacionadas	-	1.216	1.216	-	10.835	10.835
Total	-	1.220	1.220	-	11.290	11.290

Ativos

O risco vinculado ao saldo de contas a receber de clientes surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos.

Análise de sensibilidade da exposição da Empresa às taxas de câmbio e de juros

A Empresa elaborou uma análise de sensibilidade dos efeitos de variação cambial e das taxas de juros indexadas de seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise tais taxas foram estressadas em -50%, -25%, 25% e 50%, em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente.

Segue abaixo a análise nos respectivos cenários:

ANALISE DE SENSIBILIDADE

	31/12/2021		Período até 31 de dezembro de 2022			
	Base	Cenário Provável	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
Risco						
Aumento (redução) da cotação USD	5,5805	5,0611	2,5306	3,7958	6,3264	7,5917

	31/12/2021		Período até 31 de dezembro de 2022			
	Base	Cenário Provável	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
Risco						
USD	3.258	2.955	1.478	2.216	3.694	4.433
Efeito de ganho (perda)		(303)	(1.478)	(739)	739	1.478

Cenário atual: refere-se ao cenário real no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2021;

Cenário base: elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 22 de fevereiro de 2022, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro, tais como, Banco Central e CETIP, sendo que a Empresa considerou como provável em função de ser uma informação atualizada até o mês anterior ao da data de aprovação destas demonstrações financeiras;

Cenários I, II, III e IV: conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, em -50%, -25%, 25% e 50% respectivamente.

11. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

Para 31 de dezembro de 2021, segue detalhamento de transações não envolvendo caixa.

	31/12/2021	31/12/2020
Transferência do contas a receber de Empresas ligadas	-	268.463
	-	268.463

12. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e foi autorizada sua emissão em 30 de março de 2022.

João Martins da Silva Neto
PRESIDENTE

Marcio Magno de Abreu
DIRETOR

Leandro Mariano Gonçalves
 CRC-MG 105.896/O-1
CONTADOR RESPONSÁVEL